

E para esta casa, que educa o filho do povo, este que mais necessita dos favores públicos a fim de prepará-lo para uma sociedade melhor, uma vez que o seu espírito se fortaleça pelos ensinamentos úteis que precisamos todos nós nos interessar a fim de que o amparo do governo venha ao seu encontro dotando-a de todos os recursos indispensáveis [...]. É um curso primário dirão, e que por isso mesmo qualquer coisa serve desde que ensine a leitura [...] assinar o seu nome e mal resolver alguma das quatro operações [...]. O curso primário tal como instituído nos grupos escolares, destinados de preferência às classe menos abastadas, bem feito, aparelha perfeitamente o aluno para com relativa facilidade, triunfar na vida prática pelo trabalho honesto e fecundo. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1678, 23/12/1914)

É a ideologia liberal se fazendo presente nestas palavras, quando julga que o curso primário é o suficiente para o pobre. Entendia que cabia ao governo fazer a sua parte: criar as condições e depois, o jovem aparelhado com tal formação, não precisava mais ir além, pois isto lhe bastava para entrar no mercado de trabalho e entregue a própria sorte, resolver-se por si só daí em diante.

Quase todos os discursos traziam também aconselhamentos e muitos deles acabavam desaguando no enaltecimento do amor, do patriotismo, do cumprimento dos deveres, na necessidade de ser corajoso e lutar diante das dificuldades da vida, se guiando por valores altruístas:

[...] leiam bons livros, bons autores, [...] lutem por seu país [...]. Tendes o culto da verdade. [...] a verdade é uma paixão transformada em fé. Combatei o ceticismo invasor e estéril, que surge. Sede escravos da moral, [...]. O medo nunca fez nada que preste. Sim! Tende fé e esperança. [E dizendo tomar de empréstimo alguns períodos de Graça Aranha, continua]: Sede fiéis a doce ilusão da miragem. Aquele que vive um ideal contrai um empréstimo com a eternidade. Cada um de nós, a soma de todos nós, exprime a força criadora da utopia; é em nós mesmos, como num indefinido ponto de transição que se fará a passagem dolorosa do sofrimento [...]. Purifiquemos nossos corpos [...]. O que seduz na vida é o sentimento da perpetuidade. Nós nos prolongaremos, [...] na alma dos descendentes. Façamos dela o vaso sagrado [...], onde depositaremos tudo o que é puro, e santo, e divino. Aproximemos-nos uns dos outros suavemente. Todo o mal está na força e só o Amor pode conduzir o homem. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916)

Em sintonia com esse trecho acima citado e na mesma solenidade de formatura, discursou também o diretor, Francisco de Mello Franco:

Continuai pois a estudar, [...], habituai-vos desde agora à leitura. [...]. Cumpri à risca os vossos deveres, custe o que custar [...]. Amai e servi

com dedicação a profissão que adotardes. Amai vossa família e a vossa cidade [...], porque do progresso do local depende em grande parte, a organização de nossa vida [...]. É de amor eficiente que precisa a nossa pátria. Os males que nos afligem [...] são atribuídos [...] a apatia, à indiferença e ao ceticismo. É preciso, [...] que sobre o Brasil inteiro sopra o vento de uma energia nova, penetrando todas as consciências da necessidade de se construir em Brasil novo, imensamente forte, estreitamente unido. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916)

São discursos que em uma rápida leitura, dão a pensar que podem tratar-se de aconselhamentos cristãos. Mas, são na verdade positivistas, pois segundo afirma Carvalho (1990, p. 81), em um estado laico (como era o caso do brasileiro e especificamente, dos grupos escolares mineiros) e em uma sociedade sem Deus, a base da convivência social, seria o altruísmo. A palavra altruísmo fora criada pelo próprio Augusto Comte, assim como a base do pensamento positivista. A questão da laicidade republicana, também mostrava sua face, seu perfil e seus significado, nos discursos pronunciados no Grupo:

Como está organizada, de acordo com as instituições republicanas, indiretamente dá a escola uma dignidade superior a quaisquer crenças, porque, senhores, não se admite que se imponha uma, e respeita a que cada qual trouxe do seu lar. E aqui se torna [...] cada vez mais religioso no sentido de avigorar os sentimentos de amor, veneração e piedade [...] de gratidão pelo passado, de patriotismo [...] (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1288, 21/12/1911)

Ou neste outro trecho, proferido por outro paraninfo que se confessa: “Irreligioso [...]. Crente, sim! [...]. Nem só de amor ao Deus dos cristãos vive o homem [...] há a religião do país natal, tanto mais fervorosa quanto mais desgraçada a pátria é [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916). E continua seu discurso no sentido de que, se o país ou Minas tinham muitos problemas (a pobreza, as doenças da época), a saída era a luta, o enfrentamento com coragem, mesmo diante do sofrimento.

Embora esses discursos fossem proferidos anualmente, eles tinham, todavia, certo alcance em número de ouvintes, pois as formaturas eram festas concorridas, contava com a presença de muitos alunos, além dos concluintes, suas famílias, as autoridades locais, o corpo docente. Não deixavam de ser, portanto, momentos educativos patrocinados pelo Grupo, nos quais se reafirmavam a laicidade da República Brasileira e da escola pública. Dessa forma, introduzia-se um tipo diferente de cultura: a

cultura do altruísmo e do patriotismo, praticados publicamente, em detrimento da cultura de prática da oração e dos rituais religiosos, que na escola pública, em geral, nessa época, passam a não ter lugar.

Se Grupo era uma escola laica, no sentido de não ensinar, nem praticar religião cristã, não se pode dizer, porém, o mesmo das pessoas que nele exerciam funções. Tem-se conhecimento através dos traços biográficos de alguns professores (**Anexo I**), que esses não eram irreligiosos. O professor João Augusto Chaves professava a doutrina espírita, sendo dela um dos pioneiros na cidade. Dona Edith França, depois de deixar as aulas no Grupo, criou o “Jardim de Infância Menino Jesus” e tornou-se 3ª Dominicana¹¹². O próprio diretor, Francisco de Melo Franco, revelou não ser irreligioso ao dizer: “*Faço, de verdade, ardentes votos a Deus* para que, ao influxo dos belos exemplos que a escola vos ministrou, a vossa vida prática transcorra feliz e resplandecente na sua plenitude” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916).

Além disso, conforme já comentado, o próprio bispo diocesano, D. Eduardo Duarte, freqüentava o Grupo nos eventos; e ainda, a partir de 1917 o salão nobre do prédio passou a ostentar um crucifixo. Por isso, pode-se considerar que a prática de rituais religiosos não ocorria dentro desta instituição pública, por circunstâncias legais, constitucionais e que a laicidade era reforçada pelos discursos ocasionais dos intelectuais positivistas convictos. Mas, na vida privada de professores e alunos, cada um podia seguir a religião que quisesse, afinal vivia-se em um país liberal. Há possibilidade, portanto, de que seja por tais motivos que a convivência dessa escola pública e laica em uma cidade mineira conservadora, religiosa, com duas escolas confessionais, mesmo tendo sido de alguma animosidade no início de suas atividades, logo depois, com mais ou menos dois anos de funcionamento, já era cordial.

Portanto, considera-se por fim, que o Grupo Escolar de Uberaba foi aceito socialmente, com as características que lhe eram peculiares e acrescenta-se que, ele foi *apropriado* por alguns segmentos sociais. Essa última idéia advém de um fato que se percebeu com relação aos textos jornalísticos. Desde a construção e durante o funcionamento, dentro do período contemplado no recorte temporal desse estudo (1908-1918), o Jornal *Lavoura e Commercio*, sempre se referiu a essa instituição como “nosso

¹¹² Chamava-se Terceira dominicana, à mulher que participava ativamente das reuniões da congregação, compartilhava preceitos religiosos, mas não era uma freira, por não ter feito os votos, não levar vida reclusa, podendo inclusive ser casada e ter filhos. Hoje, dir-se-ia de uma pessoa assim, que ela faz parte da fraternidade dominicana.

grupo escolar”. São raros os textos, dentre os inúmeros publicados nesses anos, em que esse pronome possessivo não aparece.

Como poderia esta freqüente denominação ser analisada? Um trecho de um discurso publicado por esse mesmo veículo de comunicação traz uma visão sobre a escola republicana que ajuda a conferir sentido à expressão, possibilitando, pelo menos em parte, certa compreensão do uso do termo, “nosso”, precedendo as palavras grupo escolar. Tal trecho diz:

Tal é a escola que a política republicana vai em nosso Estado afirmando. Mantida com os tributos do povo, devem as famílias ampará-la com a freqüência de seus filhos [...] e como subsídios de sua assistência em favor dos filhos do pobre. Não há aqui obra exclusiva de ninguém, do poder público, do professor, de chefes políticos: há aqui a grande obra de cooperação do poder constituído, que tem a seu cargo o serviço de instrução e educação dos filhos do povo; e, das famílias, que devem conjugar [...] esforços para que o ensino, seja difundido e eficaz. [...]. Ninguém tem direito de desviar a corrente que procura a escola pública. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1287, 17/12/1911)

É a presença, novamente, da ideologia liberal justificando que, a escola republicana era para os filhos do povo, mas cabia e até precisava, da presença dos filhos das famílias abastadas para subsidiar a educação dos desfavorecidos. E como esta era uma escola pública, ela não era especificamente de ninguém, mas de todos, portanto, “nossa.” Por isso, deveria ser respeitada a opção das famílias pela escola pública republicana e ninguém deveria intrometer-se no caminho daqueles que a buscavam. Dizendo de outra forma, não cabiam embates ou propaganda contra os princípios dessa escola.¹¹³ Mas o termo, *nossa*, soa mais significativo ainda, quando em nota publicada no *Lavoura e Commercio* (ed. 1.188, de 05/01/1911), sobre as matrículas para um novo ano letivo, lê-se: “Infelizmente muitas pessoas desconhecem a necessidade de mandar seus filhos ou protegidos para a escola. Esta necessidade deve ser levada ao espírito das mais ignorantes pelos mais adiantados, porque a causa da instrução interessa a todos nós que vivemos em sociedade.”

Somando-se essa citação à anterior, vê-se agora que “nosso grupo escolar” fica um pouco mais restrito, pois ele é, principalmente, dos mais adiantados, dos mais intelectualizados, dos que têm mais conhecimentos e esses são superiores e, portanto,

¹¹³ Interpreta-se tal observação como uma espécie de recado ao bispo da Diocese, que nessa data estava presente ao evento em que o orador proferiu o discurso em questão.

devem conduzir aqueles que não têm conhecimentos, os ignorantes, fazendo-lhes um bem, prestando-lhes um favor.

Ao trazer para o presente trabalho tal observação, entra-se em um campo delicado, que envolve a questão das categorias, público e privado em educação.¹¹⁴ Optando aqui por tomar o público no sentido simplesmente de estatal, afirma-se que o Grupo Escolar de Uberaba, era uma escola pública, pois administrada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Mas até certo ponto, ocorria nela uma privatização do público. Não que tenha havido interferência nas políticas determinadas pelo Estado, quanto ao programa, às instruções metodológicas, ou à escolha do pessoal docente e administrativo. A afirmação é no sentido da clientela, pois, já se observou anteriormente ao falar dos alunos, que predominavam os das classes mais favorecidas e também que, em seus eventos, sempre esteve presente a elite política e intelectual da cidade. Ajuda a compreender o que ocorria, a explicação de Buffa e Nosella:

A explicação, no nosso entendimento, reside no fato de que a República instaurada entre nós, foi uma República mutilada, pois excluiu da cidadania, o trabalhador. Na verdade, [...] a República não significou uma ruptura social, uma vez que os cidadãos plenos eram os próprios senhores do Império. O Estado brasileiro ao tornar-se República continuou sendo governado pelos mesmos donos do poder. [...]. A elite brasileira sempre soube reconhecer a importância do Estado e apropriar-se privadamente, da *res-publica*, [...]. O caminho aqui [no Brasil] foi o inverso ao do liberalismo clássico (sobretudo americano) para o qual, na origem e na base do Estado, situam-se os indivíduos com suas iniciativas e posses. (BUFFA; NOSELLA, 1996, p. 103)

Ainda é pertinente acrescentar que, para esses autores, o Estado brasileiro sempre favoreceu os proprietários, concedendo-lhes privilégios, desde o Descobrimento¹¹⁵ e essa situação foi permanente ao longo da história do país chegando à República. É esse liberalismo, que favoreceu à pequena camada da sociedade brasileira, o chamado por Nagle (2001, p. 363) de ‘liberalismo negativo.’

Um outro ponto a ser comentado com relação ao anúncio das matrículas feito através do jornal, refere-se ao final do texto, no qual afirma-se que “a instrução interessa a todos os que vivem em sociedade”. Sobre esse aspecto faz-se a leitura de que

¹¹⁴ Sobre essas categorias vários estudos são apresentados no livro: *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R. e SILVA, T. M. (org.) Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

¹¹⁵ Quem tinha posses podia receber Sesmarias, podia tornar-se capitão donatário, e mais tarde, o acesso à propriedade rural, era para quem tinha condições financeiras de adquirir terras, enquanto quem não tinha, também não podia ser proprietário.

apresentava-se aí um componente iluminista, segundo o qual, a burguesia, criadora dos conceitos de liberalismo, contrato social e outros,

[...] desenvolve a tese de que, para que esse tipo de sociedade contratual exista, é preciso que os indivíduos tomem decisões autônomas baseadas na própria razão. Para que isso ocorra é preciso instruir o povo, por que as 'luzes' (segundo o conceito iluminista de difundir luzes) precisam se difundir de tal modo que as decisões tomadas por esses indivíduos livres sejam as mais acertadas. (NORONHA, 2005, p. 149)

Nesse sentido, a escola pública, nessa época, é vista como o lugar em que tal objetivo poderia ser concretizado. Assim, nesta cidade, esse lugar era o Grupo Escolar de Uberaba.

4. 4 A centralidade do cargo de diretor e a delimitação do recorte temporal

Na presente investigação, o recorte temporal vai do ano em que iniciou a construção do Grupo, 1908 (embora tenham sido feitas algumas inserções relativas aos anos de 1906/1907, quando se deram as primeiras discussões e decisões sobre o assunto), indo até 1918, ano em que o diretor, Francisco de Mello Franco, teve a sua gestão encerrada. Durante o período enfocado, buscou-se narrar, comentar, demonstrar, analisar e compreender muitas das complexas faces que uma instituição escolar apresenta: espaço, tempo, alunos, professores, práticas cotidianas e sociais, considerando o contexto local e nacional. Destacou-se como uma das figuras centrais, nesse período enfocado, o diretor. Alguns motivos concorreram para isso. Um deles é o fato de que grande parte dos documentos consultados foram produzidos pelo ocupante desse cargo. Além disso, nessa época, o cargo tinha na centralidade, uma das principais características. Suas funções não eram apenas administrativas, eram também pedagógicas, não tinha contato direto só com os professores, mas também com os alunos, tomando-lhes as lições, como relata um inspetor: “Em todas as classes o diretor Sr. Francisco Mello Franco, tem feito lições práticas das matérias do programa encaminhando o ensino com bastante orientação revelando em suas lições excelente dotes profissionais” (APM. SI. 3390. Alberto C. de Mattos, 1912).

Dada a centralidade da função, a atuação junto aos alunos, pais, professores, inspetores e governo mineiro, pela diversidade de afazeres e responsabilidades, pode-se considerar que o perfil de uma escola dependia, em grande parte, da postura gestora empreendida pelo ocupante desse cargo, da maneira como ele pensava e agia, junto aos elementos da comunidade escolar e da própria cidade onde a instituição se inseria. Por tudo isso, optou-se nesse trabalho, por definir o ano final do recorte temporal, coincidente com o fim da gestão (1918) de Francisco de Mello Franco – 1º diretor efetivo do Grupo Escolar de Uberaba.

Sobre os últimos momentos de Mello Franco, como diretor no Grupo, pouco se encontrou. Não se sabe como se deram os trâmites legais, como era o texto da lei que provocou tal desfecho. Os textos que trazem alguma pista sobre esse fato encontram-se no jornal *Lavoura e Comércio*, que publicou primeiro, uma carta desse diretor endereçada ao professor, Arnold Magalhães, em que comunica a sua saída e seu destino: iria para Jacutinga assumir a direção do grupo daquela cidade. Nessa carta, revela o seu apreço e amizade por esse companheiro de trabalho, dizendo: “cumpro o dever de apresentar-vos minhas despedidas e agradecer-vos as atenções que me dispensastes durante os oito anos em que juntos trabalhamos em prol da causa do ensino nesta localidade” (LAVOURA E COMMERCIO. *Documento Honroso*. Ed. 2144, 22/12/1918). No entanto, nesse texto não aparece a motivação para a saída, mas isso se encontra nesse mesmo jornal, quando noticia a visita do Sr. Mello Franco à sua redação:

[...] trouxe-nos ontem as suas despedidas o Sr. Francisco Mello Franco, ex-diretor do grupo escolar local. O ilustre educador, sendo atingido pela nova lei que incompatibiliza a função dos diretores em grupo onde existam parentes professores, foi removido [...]. O nosso grupo escolar considerado um dos melhores de Minas pelo seu perfeito funcionamento, deve-o ao abnegado educador [...] lastimamos ser a instrução primária do nosso município privada de sua colaboração, [...]. (LAVOURA E COMMERCIO. *Francisco de M. Franco*. Ed. 2144, 22/12/1918)

Francisco de Mello Franco fora atingido por tal lei, porque era casado com Dona Marcilieta Campos, que por sua vez era, provavelmente, irmã de Julieta Campos, Maria Carmilieta Campos e Glorietta Campos, todas professoras no Grupo. Interinamente foi substituído por Fernando Vaz de Mello, durante o restante do ano letivo e início do seguinte. Nesse ano de 1918, não há turmas concluintes, o que possibilita pensar que

seria por algum transtorno relacionado a essa mudança. Mas, há outra justificativa plausível:

Alastrando-se pelo país a epidemia da gripe, chamada influenza espanhola, o governo teve a necessidade de fechar temporariamente os estabelecimentos de ensino e tomar medidas transitórias referentes à situação sanitária do Estado. Assim, [...] foi baixado o Decreto n. 5133 de 17/12/1918, determinando que todos os grupos escolares e escolas singulares que tivessem ‘o ensino suspenso em virtude da pandemia que grassou o Estado’ os exames seriam feitos a partir de 15 de janeiro de 1919. (MOURÃO, 1962, p. 320)

Assim, no Grupo Escolar de Uberaba, (apesar de não haver referências, nos jornais, de que houvera suspensão das aulas por epidemia na cidade), o ano letivo de 1918, só terminaria em 1919. Datado de 08 de janeiro, ocorre publicação do convite do diretor interino, para que os pais levassem seus filhos para os exames, na data definida na lei. E há também uma rápida nota: “A fim de assumir a direção do Grupo Escolar local, chegou ontem à cidade o nosso prezado e ilustre colaborador, Atanásio Saltão, proficiente educador e brilhante jornalista” (LAVOURA E COMMERCIO, ed.2149, 09/01/1919, p. 5).

Com a entrada desse novo diretor, continuou o Grupo a sua atuação institucional e a sua trajetória histórica, que dura até os dias de hoje, produzindo história da educação local e brasileira, entretida com histórias pessoais, mas também da localidade, sobre o que o presente trabalho lançou alguns focos, mas também deixou muitas sombras. E se por um lado contemplou um tempo importante, da sua gênese e consolidação; por outro, compreende-se que esse é um período curto em relação aos outros tantos anos de sua existência.

4.5 Considerações parciais.

A investigação realizada neste capítulo IV, contribuiu para responder a parte restante das questões elaboradas, na introdução do presente trabalho, uma vez que outra parte delas já foi respondida no capítulo que antecede a esse. Rememorando as questões que se pretende comentar aqui, neste item, têm-se as seguintes perguntas:

Quais eram as práticas escolares cotidianas? Qual a formação dada aos alunos? Como esse Grupo Escolar foi descrito na imprensa e nos relatórios de inspeção? E como ele é definido através dos relatórios de direção e professores perante o governo mineiro? Como essa escola se relacionava socialmente com a comunidade local?

O dia-a-dia no GEU revela que os alunos seguiam horários conforme os determinados pela legislação da época: horários rígidos e rotineiros para a entrada nas salas (que se fazia ao toque de cornetas e tambores), para as lições, para as atividades de canto (acompanhadas ao piano, colocado no salão nobre), declamação, exercícios físicos e trabalhos manuais. Na forma de execução de tais atividades, visavam à ordem, à disciplina, ao asseio. Os exercícios físicos eram feitos em lugares arejados, alpendres, pátios de recreio ou nos jardins ao redor do prédio.

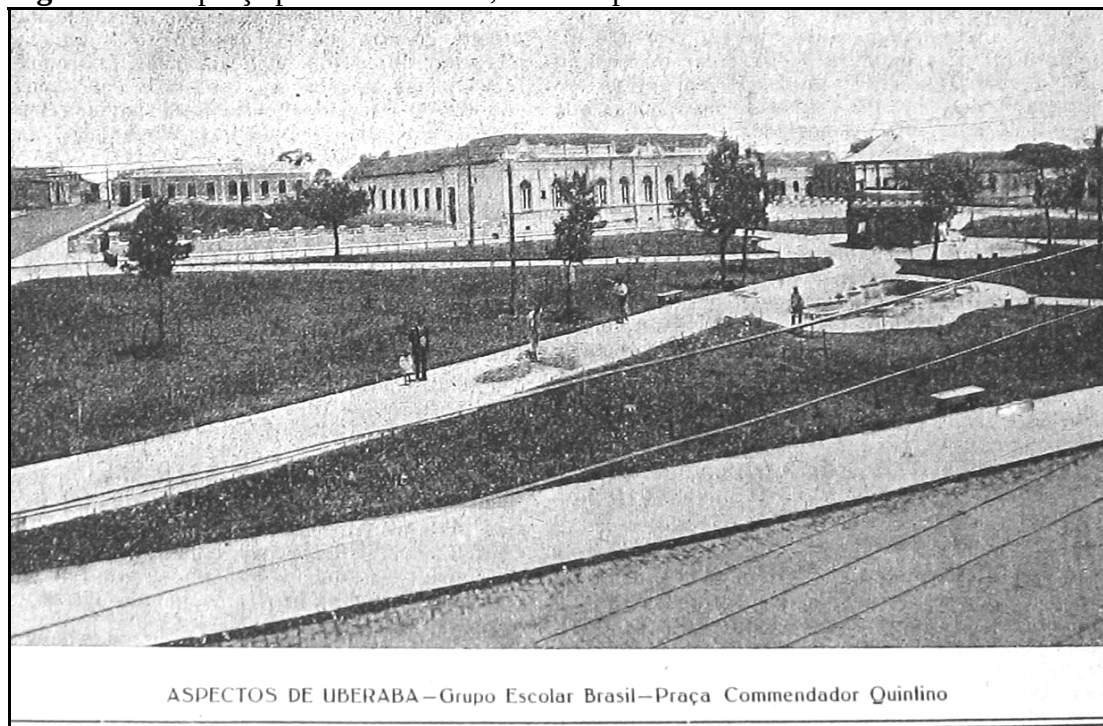
Os alunos bem disciplinados eram distinguidos com lacinhos de fita, nas cores da bandeira, e pontos cumulativos para usarem no final do ano arrematando prendas. Os que apresentassem comportamentos considerados inadequados eram punidos, com censuras orais e castigos, como o de perder o recreio.

Nesta escola ocupou um lugar de bastante destaque as atividades relacionadas ao Ensino Técnico. Esse era ministrado nas aulas anexas para os meninos, que confeccionavam, sobretudo, produtos de marcenaria. Enquanto as meninas, em suas próprias salas realizavam trabalhos manuais, principalmente confecções e bordados. Através dessas aulas, os discentes desenvolveram habilidades, capacidades relativas à saberes e fazeres manuais, culminando em uma produção artesanal de qualidade e em grande quantidade, conforme referida nos textos de jornais e percebida através das fotos das exposições anuais. Essa produção era comercializada gerando fundos para a Caixa Escolar João Pinheiro, segundo os relatórios do professor responsável, Arnold Magalhães.

Ao realizar esta pesquisa histórica (considerando o exposto nos capítulos III e IV) sobre o GEU, além de iluminar vários aspectos relativos às características do prédio, à identidade dos alunos, dos professores e ao sentido e natureza das práticas culturais e sociais, que contribuíram para configurar a identidade dessa escola, dois aspectos foram percebidos: a visibilidade e a interatividade. A visibilidade que lhe foi conferida deu-se em um sentido pleno. Uma visibilidade concreta derivada da localização, quase no centro de uma praça pública, e das dimensões da edificação em relação às outras que existiam ao redor (**Fig. 29**). Mas essa visibilidade também foi conferida ao Grupo com relação à divulgação que lhe era dada pela imprensa local.

Conforme se viu, desde as discussões pela sua construção (em 1908) até a saída do diretor Mello Franco, o Grupo foi alvo de matérias jornalísticas sobre os mais variados temas e acontecimentos, sempre em um sentido positivo.

Figura 29 - A praça pública e o GEU, em foto panorâmica – início da década de 30



Fonte: SORRISO – REVISTA. (1931).

Quanto ao aspecto da interatividade entre esta escola e a comunidade, percebe-se que houve uma participação efetiva de pessoas ou órgãos colaborando nas realizações e consolidação dessa escola, situação desejada nos dias atuais, em que a mídia incentiva a colaboração voluntária às instituições públicas de educação. Nessa época, o Grupo teve os seus “amigos da escola”: a própria imprensa, os oradores que discursavam nos eventos, as bandas e outros músicos que animavam as festividades. Em contrapartida ao colaborar, as pessoas, órgãos ou entidades, também se colocavam em evidência. E na medida em que participavam e influenciavam de alguma forma a configuração dessa instituição, ela por sua vez formava intelectual, moral e culturalmente as futuras gerações, que mesmo sendo ainda crianças, já davam um novo colorido e dinamismo à cidade, com seus uniformes e seus movimentados eventos. Atribui-se ainda à questão da interatividade o fato de ter sido colocada uma imagem de Cristo (um crucifixo) no salão nobre junto às imagens profanas de personalidades da república, pois foi para atender ao

pedido da comunidade que isto se efetuou e não para objetivar uma prática de rituais religiosos cristãos no dia-a-dia escolar. Não se encontrou nesse sentido nenhuma referência. Esse relacionamento interativo¹¹⁶ que foi se construindo contribuiu para o estabelecimento de uma cordialidade e de uma convivência pacífica dessa escola com os vários segmentos sociais, religiosos e políticos da cidade, sem embates e sem conflitos passionais, tão comuns às classes políticas locais, que manifestavam, nessa época, essas atitudes tanto em relação aos adversários, quanto ao governo do Estado.

¹¹⁶ Embora algumas vezes, o que se denomina aqui interatividade, tenha sido exagerada e possa ser qualificado como intromissão. Nesse sentido, cita-se o caso de pessoa da comunidade que escreveu cartas ao governo mineiro reclamando sobre as aulas do professor do ensino técnico, ou denunciando o fato desse mesmo professor ser representante de uma empresa de pecúlio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste item final, busca-se fazer um balanço entre o que se projetou na introdução e o que se desenvolveu no decorrer desta investigação. Nesse sentido, uma das primeiras proposições foi quanto às circunstâncias que envolveram a gênese do Grupo Escolar, em que se propôs a desvelar os processos compreendidos entre a decisão de se dotar a cidade de Uberaba de um grupo, passando pela fase da construção e indo até a inauguração do prédio, período circunscrito cronologicamente entre os anos de 1908 e 1909. Ressalta-se que, no decorrer da pesquisa descobriu-se que as primeiras discussões em torno da criação desta instituição de ensino remontam ao ano de 1906, época em que foi promulgada a lei que deu origem aos grupos no estado de Minas Gerais.

Por considerar que, registrar essas primeiras discussões realizadas na cidade, era importante, para perceber o pensamento dominante da elite política componente da câmara municipal na época, fez-se uma incursão aos anos de 1906 e 1907, retrocedendo um pouco ao recorte temporal inicialmente pensado, mas mantido, por ser mais concretamente relacionado à real existência do grupo escolar investigado. Ao focar tais discussões e saber que naquele primeiro momento, a idéia de criação de um grupo não fora coroada de êxito, pode-se afirmar que, o enriquecimento do setor educacional uberabense, com a conquista de uma escola pública estadual de nível primário, com várias classes, (não uma simples escola isolada) não se efetivou como um processo rápido e simples, cuja aceitação fosse unânime e que envolvesse e unisse as pessoas em torno desse objetivo.

Assim, interpreta-se que não era mesmo fácil articular, coadunar ou harmonizar os vários projetos e ideais com as práticas reais. Chega-se a tal interpretação quando se confronta de um lado, o exposto no item 2.3 *“Discussões que antecederam a inauguração do Grupo Escolar de Uberaba: obstáculos e motivações para a construção, criação e instalação”*, em que foram enfocadas tanto essas primeiras discussões, quanto os debates, opiniões e pareceres dos cidadãos locais - políticos, jornalistas - ocorridos a partir de 1906 até 1908. E de outro lado, os aspectos descritos no capítulo I, quanto aos contextos socioeconômicos, políticos, culturais e a legislação do País e do Estado. Explicando melhor: a educação era referida, nos discursos dos políticos e dos intelectuais, como redentora do país, fator de modernização e progresso,

capaz de livrá-lo do atraso em que se encontrava, proporcionando o crescimento de toda a nação e diminuindo as desigualdades. Nessa perspectiva, os grupos eram apresentados como o modelo escolar ideal para (con)formar os indivíduos, os filhos do povo, adequando-os moral, intelectual e até fisicamente ao convívio cidadão, segundo maneiras mais modernas e civilizadas (boas maneiras, polidez). Nesse sentido, os discursos sobre educação tinham alcance nacional, mas as ações concretas de institucionalização e efetivação dessa escola, não se deram da mesma forma, uma vez que não foi criado nacionalmente um sistema de educação, centralizado pelo governo federal. A primeira constituição republicana brasileira foi omissa quanto à educação popular e ao ensino primário. Assim, as atitudes reais para a sua implantação, couberam aos dirigentes dos estados, cada qual no seu tempo, e aos governos municipais (caso mineiro), através da legislação pertinente.

No caso específico de Minas Gerais, no governo de João Pinheiro, em 1906, legislou-se determinando uma participação financeira dos municípios, na construção ou aluguel do prédio, porque as condições econômicas do Estado não eram animadoras. Em contrapartida, esse governo acreditava que as dificuldades desse setor, só poderiam ser minoradas, e quiçá superadas, através do desenvolvimento da educação. Pretendia iniciar pela educação um círculo virtuoso de desenvolvimento da economia. Uberaba, um município interiorano, cuja atividade básica em seu crescimento, na segunda metade do século XIX, havia sido o comércio, nessa época, primeira década do século XX, voltava-se para as atividades agropecuárias e também passava por percalços financeiros. Assim, o Estado e o município viviam situações semelhantes. Daí deriva a interpretação anteriormente apresentada, sobre a existência de certo grau de dificuldade em concretizar um ideal, que fazia parte de muitos discursos, mas não das ações concretas de todos os âmbitos do governo e nem de todas as instâncias de poder.

É pertinente lembrar ainda que, a influência de pensamentos veiculados nacionalmente pôde ser localmente sentida. No caso, refere-se aos embates entre urbanismo (visto como modernização) e ruralismo (representando o conservadorismo). E havia ainda as questões políticas, tanto as relacionadas às rivalidades locais, quanto às idéias separatistas do Triângulo Mineiro, lideradas por Uberaba. Todos esses elementos, e possivelmente outros aqui não lembrados, uns favoráveis outros desfavoráveis, influenciaram as discussões e as decisões sobre a criação deste Grupo Escolar.

Por isso, entre a primeira discussão e a inauguração dessa escola, ocorreram três anos. Tempo que levou para que um conjunto de fatores, entre eles, o fato de uma

equipe dirigente do município e favorável à criação de um grupo, chegar ao poder. Outros pontos também contribuíram: a campanha em prol, se não em um primeiro momento, mas logo depois, promovida pelos jornais e um clima político adequado para negociar um empréstimo junto ao governo mineiro. (Nesses três anos transcorridos, além das discussões, dos debates e das negociações, deu-se também a execução da obra. Em torno de nove meses foi o tempo gasto na construção do prédio propriamente). A soma de todos esses fatores colaborou para concretizar a idéia de se ter um grupo escolar na cidade. Portanto, feitas essas observações, entende-se que um dos propósitos do presente trabalho, de trazer à memória a gênese desse Grupo, foi efetivado.

Outro objetivo explicitado na introdução e referido como a questão-problema central foi a pergunta: qual a identidade histórica do Grupo Escolar de Uberaba no período de 1908-1918? Essa questão foi desdobrada em outras menores, que ao longo do texto foram sendo respondidas, e nas considerações parciais dos capítulos III e IV foram reafirmadas. Portanto, nesse balanço final, julga-se conveniente não comentá-las, para evitar repetições desnecessárias. Porém, uma reafirmação fica aqui registrada, que é a seguinte: as respostas dadas às questões desdobradas, a partir dessa questão central, permitem concluir que o Grupo Escolar de Uberaba, desde sua inauguração em 1909, até a data final do recorte, 1918, ocupou uma posição de destaque no setor educacional da cidade de Uberaba.

Embora fosse uma escola pública, estatal e laica, e tivesse, portanto, suas particularidades, ela se inseriu de uma forma tal que passou a ocupar um lugar social e educacional equivalente ao das duas escolas confessionais (que funcionavam como internato e externato) há mais tempos estabelecidas na cidade: o Colégio N. S. das Dores e o Ginásio Diocesano. Como ambas, o Grupo tinha o seu prédio próprio, um gestor (no caso, o diretor, equivalente nas outras escolas, respectivamente, ao cargo de madre superiora e ao de reitor), contava com um corpo docente constituído e permanente, ministrando o ensino (divulgado como de boa qualidade) em séries e atendia a grande número de alunos. Essa clientela, social e economicamente não diferia tanto das atendidas (sob a forma de externato) nas duas outras. Pois, como se viu, foi comum uma movimentação de alunos entre essas escolas e o Grupo, assim como a continuidade dos estudos (após a finalização do curso primário) nessas instituições confessionais, que ofereciam o secundário. E, se o grupo atendia alunos pobres, por ser público estatal e ter caixa escolar, nessas outras, alunos nessa mesma condição, em nome da caridade, também eram atendidos.

Era tão evidente a equivalência social e educacional entre o Grupo e as duas outras em questão, que os jornais ao noticiarem fatos que se dão em períodos comuns, como, eventos cívicos, encerramento do ano letivo, matrículas, se referiam conjuntamente às três escolas no decorrer das matérias jornalísticas. Assim, nesses primeiros anos de funcionamento do Grupo, percebeu-se pelas evidências contidas nas fontes, principalmente na imprensa local, que ao GEU foi conferida uma imagem positiva, comprovada pelos adjetivos que qualificavam o estabelecimento como, conceituada casa de ensino, *verdadeiro templo do bem*, encantado grupo escolar; o diretor e os professores como, ilustres, eficientes, dedicados, competentes, esforçados, disciplinadores, distintos, dignos e, os alunos, inteligentes, disciplinados, firmes de caráter, modelos, preparados etc.

Assim, a existência material dessa escola, em prédio próprio, visível e até certo ponto monumental, a divulgação dada pelos jornais reforçando a referida equivalência social e educacional e essa espécie de definição qualitativa dos sujeitos sociais envolvidos nesta escola, foram fatores que contribuíram para se construir e cristalizar nas mentes dos uberabenses a comentada imagem positiva e a construção de uma identidade social para esta escola. Interpreta-se que isto se deu na perspectiva dos dizeres de Chartier em que,

a construção das identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991, p. 183).

Na época em que o Grupo completou cinqüenta anos, percebe-se, pelo acervo iconográfico e de recortes de jornais da instituição, contido em cinco álbuns, que foram tempos áureos e que esta instituição desfrutava de grande prestígio, atendendo principalmente aos filhos da elite local. Em meio a tantos materiais sobre as comemorações, dizia um trecho (em interpretação mais significativa para quem conhece a história local) comparando o Grupo a outros símbolos marcantes da cidade:

O Grupo Brasil é uma cousa assim parecida com a Igreja Santa Rita, a Gameleira e outros marcos da história maravilhosa de uma cidade auto-suficiente. Por isso, não há quem neste dias não se regozije com a data importante que ele está assinalando, um verdadeiro feriado na folhinha particular da Terra de Major Eustáquio. (E.E.BRASIL. *Álbum* n°. 5 Correio Católico, 03/10/1959 [recorte])

Estes conceitos vêm perdurando ao longo dos tempos, chegando até os dias atuais. Falar sobre o Grupo Escolar hoje, desperta nas pessoas, principalmente nas mais idosas, diferentes sentimentos. Para uma entrevistada trouxe à tona a saudade de tempos que já se vão distantes, mas pôde dizer por tê-los vivido: “eu tenho saudade do Grupo, não é? Até hoje. Minha primeira aula mesmo, que eu dei, foi lá” (ENTREVISTA 01 – **Anexo G**). Percebe-se também o misto de orgulho e valorização do ensino que era ministrado neste estabelecimento, quando outra entrevistada (filha de ex-aluna) relatou: “a mamãe falava assim: *No nosso tempo lá no Grupo, nos estudávamos até álgebra*” (ENTREVISTA 02 – **Anexo H**).

As afirmações, registradas nesses parágrafos anteriores confirmam, em parte, a hipótese levantada na introdução desta pesquisa: de que essa escola, criada segundo os ideais republicanos da República Velha (positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo) foi significativa para grande parte da população uberabense e foi utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca de modernização, ordem e progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização e higienização. Foi também o lugar da manifestação de contradições dessa época, algumas promovidas pelo próprio momento republicano, outras pelas especificidades da sociedade local.

Visando a sustentar essa suposição, procurar-se-á demonstrar realizando uma análise de cada uma das partes ou idéias que compõem o todo da hipótese. Sobre a grande significação atribuída ao Grupo para grande parte da população da cidade, conclui-se que foi real e nesse sentido, é que foram feitas as considerações acima. Quanto ao fato de considerá-lo veículo propagador dos ideais republicanos, interpreta-se que no Grupo Escolar de Uberaba, tanto através das práticas cotidianas, quanto das eventuais, era ensinado e transmitido aos alunos conhecimentos e informações e também inculcadas as condutas e incorporados os comportamentos sóciopolíticos considerados corretos e desejáveis para a época. Dizendo de outra forma, esta era uma escola republicana, onde eram trabalhados, conforme atestam todos os registros, os ideais republicanos, muitos deles ligados ao positivismo, mas também ao nacionalismo e ao laicismo.

Constatação feita ao trazer à memória as atividades cotidianas dessa escola, no capítulo IV, de onde algumas observações podem ser destacadas. Primeira, não se fez referência em momento algum à prática de qualquer ritual religioso, oração ou cântico,

podendo assim afirmar que esta era realmente uma escola laica, conforme determinava as prescrições legais da República brasileira. Segunda, as preocupações centrais estão focadas em valores como, a ordem e a civilidade ensinadas por meio da exigência e prática da disciplina e da polidez; o civismo e o nacionalismo, praticados através do culto aos símbolos pátrios: hinos, bandeira e heróis nacionais. Ainda, a constante preocupação com a higienização, percebida nas referências sobre a necessidade de cuidados com os materiais escolares (os cadernos eram colocados na exposição de trabalhos do ensino técnico), em manter um ambiente escolar claro, saudável e agradável, enfeitado com flores e outros ornamentos. Além disso, nessa escola foram muito inculcadas atitudes relativas ao altruísmo; o amor ao estudo, ao bem, à família, ao trabalho, à humanidade, etc. Assim, nas salas de aula, diariamente, e nos eventos cívicos e sociais, esporadicamente, o corpo discente era o alvo, tanto das práticas conduzidas pelos professores, quanto dos discursos positivistas dos oradores presentes. Tudo isso, visava a levar os alunos à finalidade principal da escolarização republicana: produzir novos e melhores sujeitos sociais, capazes de colaborar para a modernização e o progresso do país.

Isso permite considerar que a intenção de relacionar o geral – contexto do país e do estado, e o particular – o grupo e a cidade de Uberaba – foi concretizada. Uma vez que o Grupo escolar de Uberaba, unidade institucional localizada no espaço micro de uma cidade mineira, se fez expressão e porta-voz das idéias e crenças vinculadas às finalidades sóciopolíticas do ensino, segundo princípios positivistas, laicos, nacionalistas e liberais, divulgados no âmbito geral do país. Dito dessa forma, poderia se pensar que isto significa apenas a parte reproduzindo o todo. Mas a visão aqui defendida é a de que, o Grupo Escolar de Uberaba é parte do todo, formado pelo conjunto dos grupos escolares republicanos e como parte desse todo ele tem semelhanças com outros grupos. Mas duplamente, este conjunto de escolas é formado por essas unidades institucionais e cada qual tem suas singularidades, pois localizados em diferentes cidades, contando com a atuação de diferentes sujeitos (alunos, professores, diretor, comunidade escolar, população local). Portanto, cada grupo tem sua própria história.

Há ainda na hipótese uma outra vertente, que também interliga o geral e o particular e se refere à afirmação de que o Grupo foi o lugar das contradições, que provém de duas ordens, do momento histórico do país e das especificidades locais. Nesse aspecto, é necessário retomar alguns pontos contidos no capítulo I, em se pode

verificar que a República foi proclamada de forma abrupta e inesperada e sem projetos políticos abrangentes, para os diversos setores da sociedade. Quanto ao setor educacional, a primeira preocupação em âmbito nacional, era que os cidadãos soubessem ler e escrever o suficiente para serem qualificados como eleitores. Depois, houve também a constituição de 1891, que quanto à educação popular e primária, foi reticente e omissa, como se viu, deixando aos estados a incumbência de organizá-la. Mas, ao lado desses fatos, verifica-se que a educação conforme repetido, muitas vezes, nessa dissertação, era muito valorizada pelos políticos e intelectuais em seus discursos. Vem daí uma das contradições que podem ser pinçadas do momento histórico nacional. Sob esse viés, a educação não é um projeto da República brasileira, entendida como a União, a instância maior, mas é um projeto dos republicanos, entendidos como os políticos e intelectuais de vários pontos do país, que procuraram concretizar, no âmbito dos estados da federação, os ideais por eles defendidos em discursos de abrangência nacional. Por isso se criaram sistemas estaduais de educação, que por terem suas especificidades, tempos e condições diferentes de implantação, não formaram o que verdadeiramente se poderia ser chamado de *sistema nacional de educação*. Formaram-se assim, os sistemas estaduais de educação, contexto no qual se insere o objeto desta pesquisa.

Especificamente no GEU, algumas contradições manifestaram-se quanto aos aspectos ligados a esses discursos dos políticos e intelectuais sobre a escola republicana a ser criada, sobressaindo-se o fato de que diziam que esta escola era para as classes pobres, para os filhos do povo, e viu-se que esse Grupo Escolar era freqüentado muito mais pelos filhos das classes abastadas. Contradição essa, promovida pela adesão aos princípios liberais então vivenciados.

Outras contradições estão ligadas às especificidades do Estado e se deram entre o que se previa na lei de criação dos grupos e o que realmente se efetivou. Podendo citar como exemplo, o caso do ensino técnico profissional, que passou por muitas dificuldades com a falta de recursos para equipar-se com os instrumentos e os materiais necessários ao seu funcionamento. A organização desse curso com a logística necessária estava prevista em lei, mas no início, não foi correspondentemente, suprida pelo Estado.

As contradições mais marcantes, relacionadas às especificidades locais relacionam-se aos aspectos da higiene e da salubridade, que por condições de saneamento da cidade foram contrariados.

Salienta-se ainda, o fato de o Grupo, uma escola laica, ostentar um crucifixo no salão nobre, junto às fotos de personagens republicanos, tidos como importantes em nível local, estadual e nacional, incluindo-se no meio desses um mito criado pela república: Tiradentes.

Reconstruir parte da história do Grupo Escolar trouxe à tona simultaneamente, parte da história da cidade de Uberaba, recolocando em cena atores sociais que atuaram em um tempo passado, cujas ações ficaram registradas nos documentos que hibernavam nos arquivos e deles foram trazidos e submetidos a um olhar carregado de questionamentos, durante a pesquisa. Quando se diz que se reconstruiu parte da história do Grupo e da cidade, isto está ligado a três razões: primeira, o estudo está circunscrito a um recorte temporal (1908-1918); segunda, partiu-se das fontes que se conseguiu, para construir a visão aqui apresentada. E conforme afirma Carvalho (2004, p. 16): “Para os historiadores as fontes são essenciais, no entanto, elas apenas revelam os fragmentos do passado imerso no presente, com o objetivo de recuperar, na medida do possível, aquela realidade vivenciada anteriormente.” Terceira, é necessário também considerar que, toda reconstrução histórica é carregada da subjetividade inerente ao pesquisador, resultante do momento em que esse vive e dos questionamentos que faz ao passado diante dos documentos, bem como da sua própria vivência, limitações e respostas que consegue formatar, na tentativa de reconstruir a realidade passada, um real que foi vivido por outros e não por ele próprio. Assim, considerando esses pressupostos, este que aqui se encerra, foi o texto possível, no momento, sobre os anos iniciais da história do Grupo Escolar de Uberaba (1908-1918).

MATERIAIS HISTÓRICOS

1. Arquivo Público Mineiro (APM)

Atas:

Ata da entrega dos certificados aos concluintes, 14/12/1913. SI. 3448.

Comunicados internos:

Da 7ª sessão ao Secretário do Interior, 07/02/1911, SI. 2894.

Da 7ª sessão ao Secretário do Interior, 04/09/1911, SI. 3835.

Correspondências:

Carta do ITR, Ernesto M. Brandão ao Secretário do Interior, de 26/07/1909. SI. 2976, 6ª secção.
Carta do ITR, Ernesto de M. Brandão ao Secretário do Interior, de 16/08/1909. SI. 2976, 6ª secção.

Carta de Jesuíno Felicíssimo ao Secretário do Interior, de 23/01/1911, SI. 3894.

Carta de Arnold de Magalhães ao Secretário do Interior. *Lista dos utensílios para o curso técnico*, s/d. SI. 3816.

Carta de Maria Bernardes da Luz ao Major Raymundo de P. Dias. Uberaba, 20/04/1912. SI. 3416.

Carta de Arnold de Magalhães ao Secretário do Interior. *Lista dos utensílios*. 10/09/1912. SI. 3835.

Carta ao Secretário do Interior. Uberaba, 09/01/1913. SI. 3448.

Cartas de Firmino Costa, diretor do GE de Lavras, 24/05/1913. SI. 3448.

Carta-denúncia contra Arnold Magalhães, Uberaba, 24/10/1913. SI. 3448.

Carta do Coronel Jacinto F. de Oliveira ao Secretário do Interior, Uberaba, 28/03/1917 SI. 3681.

Circular da 6ª secção aos diretores de grupos escolares, 1911 APM. SI 3579.

Ofício do SI. Delfim Moreira (solicita envio de nova lista de material para o curso técnico), 08/03/1911. SI. 3835. 6ª secção.

Ofício da Câmara Municipal de Uberaba ao exmo.sr.dr. Delfim Moreira, 18/09/1911, SI. 3816.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 06/02/1912, SI. 3416.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 03/06/1912, SI 3416.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 18/06/1913. SI. 3448.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 31/03/1917, SI. 3681.

Telegrama do Secretário do Interior ao inspetor regional Ernesto de M. Brandão, 22/09/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção.

Telegrama do inspetor regional e do inspetor municipal ao SI, 23/09/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção.

Telegrama do diretor em comissão do GEU ao Secretário do Interior, 03/10/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª sessão.

Impressos:

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1909.

Relatórios:

Relatórios dos Secretários do Interior aos Presidentes do Estado, 1897; 1901; 1908 e 1909.

Relatórios do inspetor técnico regional Antônio Louveira Gomes, 08/07 e 15/07/1910. SI. 3346.

Relatório do inspetor técnico regional Ernesto C. Santiago, ago/set/out. de 1910. SI. 3346.

Relatórios do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos, 15/02 e 15/04/1912. SI. 3390.

Relatório do inspetor técnico regional Ernesto de M. Brandão, 08/03/1913. SI. 3448.

Relatórios do inspetor técnico regional Ernesto de M. Brandão, 17/04/1918 e 07/10/1918. SI. 3798.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 29/01/1911. SI. 2894.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco: *Balanço da caixa escolar que existiu até 03/03/1912*. SI. 3416.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 20/12/1913, SI. 3461.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1914, SI. 3527.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 1º/02/1915. SI. 3579.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1915, SI. 3619.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 03/02/1917, SI. 3681.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1916, SI. 3681.

Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 10/12/1914. SI. 3527.

Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 10/12/1916. SI. 3681.

Termos de visitas:

Termo de visita do inspetor municipal Tancredo Martins, 24/09/1913. SI. 3424.

Termo de visita do inspetor municipal Tancredo Martins, 1º de maio de 1916. SI. 3633.

2. Arquivo Público de Uberaba (APU)

ALMANACH UBERABENSE. (1895, 1905, 1908, 1909, 1910). Uberaba: Editora Livraria Século XX.

ALMANAQUE LAVOURA E COMMERCIO. Uberaba, 1919.

APU. *Catálogo Histórico: Árvore Genealógica da Cidade de Uberaba*. Ano 1, nº. 4, 1987.

APU. *Boletim Informativo do Arquivo Público de Uberaba*. Nº. 7, março, 1997.

CAPRI, Roberto. (1916). O Município de Uberaba. In: *O Brasil e seus estados: Minas Gerais e seus municípios*. São Paulo: Capri, Andrade & C.

PINHEIRO, Ana Paula A. M. (1994). *A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba*. Monografia apresentada em curso de Especialização FAUPUCAMP: março, 1994.

REVISTA DE UBERABA. (30/06/1904 e 28/02/1905). Uberaba MG: Editora Livraria Século XX.

UBERABA. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba (CMU)* de 1905 a 1909.

3. Câmara Municipal de Uberaba

UBERABA. Câmara Municipal de Uberaba. Lei nº. 202 de 02/04/1907.

_____. Câmara Municipal de Uberaba. Lei nº. 222 de 12/05/1908.

4. Escolas

ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar João Pinheiro*. Uberaba, 1912.

_____. *Álbum nº. 5*. Recorte do jornal Correio Católico de 03/10/1959.

ACERVO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. *Livro de matrículas 1910 – 1913*. Uberaba MG.

_____. *Matrícula das alunas internas do Colégio N. S. das Dores 1915-1923*. Uberaba MG.

ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA EDITH FRANÇA. *Biografia e Histórico*. Uberaba MG.

ARQUIVO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA OLGA DE OLIVEIRA. *Curriculum Vitae de Olga de Oliveira*. Uberaba MG.

5. Fundação Cultural de Uberaba

UBERABA (2000). *Processo de tombamento 0016*.

6. Jornais

GAZETA DE UBERABA. *Edições do ano de 1908*: 3.138, 19/01; 3.139, 21/01; 3.140, 22/01; 3.141, 23/01; 3.142, 24/01; 3.143, 25/01; 3.148, 31/01; 3.201, 02/04; 3.202, 03/04; 3.257, 07/06; 3.265, 16/06; 3.266, 17/06; 3.329, 30/08; 3.332, 03/09; 3.334, 05/09; 3.339, 11/09; 3.342, 15/09 e 3.384, 03/11.

_____. *Edições do ano de 1909*: 3.458, 30/01; 3.482, 27/02; 3.516, 08/04; 3.521, 15/04; 3.350, 24/04; 3.596, 13/07; 3.623, 13/08; 3.627, 25/08; 3.667, 03/10; 3.668, 05/10.

LAVOURA E COMMERCIO. *Edições do ano de 1909*: 1.053, 15/08; 1.067, 03/10; 1.068, 07/10; 1.069, 10/10; 1.073, 24/10; 1.074, 28/10; 1.079, 14/11; 1.080, 18/11; 1.087, 21/11.

_____. *Edições do ano de 1910*: 1.139, 12/06; 1.161, 28/08; 1.161 (sic.), 02/10; 1.070, 14/10; 1.071, 17/10; 1.169, 30/10.

_____. *Edições do ano de 1911*: 1.188, 05/01; 1.219, 23/04; 1.286, 14/12; 1.287, 17/12; 1.288, 21/12.

_____. *Edições do ano de 1912*: 1.324, 25/04; 1.351, 28/07; 1.392, 19/12.

_____. *Edições do ano de 1913*: 1.473, 31/08; 1.493, 17/10; 1.494, 19/10; 1.516, 10/12; 1.517, 12/12; 1.519, 17/12.

_____. *Edição do ano de 1914*: 1.678, 23/12.

_____. *Edições do ano de 1915*: 1.717, 23/03; 1.828, 15/12.

_____. *Edições do ano de 1916*: 1.852, 05/03; 1.931, 07/12; 1.933, 14/12;

_____. *Edições do ano de 1917*: 2.029, 15/11; 2.030, 18/11; 2.034, 02/12; 2.035, 06/12.

_____. *Edição do ano de 1918*: 2.144, 22/12.

_____. *Edição do ano de 1919*: 2.149, 09/01.

_____. *Edição do ano de 1927*: 4.014, 06/10.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José C. de Souza (2006). Os Grupos Escolares em Minas Gerais como Expressão de uma Política Pública: Uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

ARAÚJO, José C. de Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo (2005). Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: ARAÚJO, José Carlos de S. e GATTI JR, Décio (org.). *Novos temas em História da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados.

AZEVEDO, Fernando de (1976). A transmissão da cultura: parte 3 da 5ª ed. Da obra *A cultura brasileira*. São Paulo: melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BACELLI, Carlos A. (1987). *O Espiritismo em Uberaba*. Uberaba MG: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

BENCOSTA, Marcus L. A. (org.) (2005). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez.

BENOIT, Lelita Oliveira (2006). Progresso dentro da ordem: Filosofia positivista no Brasil. *Revista História Viva – Grandes Temas*, n. 9. São Paulo: Duetto.

BILHARINHO, Guido (2006). João Augusto Chaves: O educador da infância. In: *Jornal de Uberaba*. Uberaba MG: 10/12/2006.

BOMENY, Helena (2005). O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, A. de CASTRO (org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BORGES, D. C. (2005). *A educação do deficiente visual no Brasil: história do instituto de Cegos do Brasil Central – Uberaba, MG*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o91.htm . Acesso em 15/06/2007.

BRASIL. População: censo de 1920. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>> Acesso em 24/07/2006.

BUFFA, Ester (2002). História e Filosofia das instituições Escolares. In: ARAÚJO, José Carlos, GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, vol.1, nº1, 2002.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo (1996). *Scholla Mater: A Antiga Escola Normal (1911 – 1933)*. São Carlos: UFSCar.

CAPELATO, Maria Helena R. (1994). *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

CARONE, Edgard (1971). *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____. (1978). *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889 – 1930)*. São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL.

CARVALHO, C. Henrique (2004). *República e imprensa: As influências do Positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães – Uberabinha (1905 – 1922)*. Uberlândia: EDUFU.

CARVALHO, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, Luciana Beatriz de O. B. de (2002). *A Configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto Republicano (Uberabinha – MG 1911-1929)*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

CHARTIER, Roger (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 11, nº. 15.

COELI, Paulo Medina (1996). *Medina Coeli: História e Genealogia*. Uberaba: Gráfica Rios.

COUTINHO, Pedro dos Reis (2000). *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Uberaba/ Belo Horizonte: Arquivo Público de Uberaba /Centro de Estudos Maristas (BH).

CTBC. *Lista on-line*. Disponível em <<http://www.netsabe.com.br/php/index.php>>. Acesso em 11/09/2006.

CURY, Carlos R. Jamil (2005). A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados.

DULCI, Otávio (2005). João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, A. de CASTRO (org). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ELITES, teoria das (1986). In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 385-391.

ESCOLANO BENITO, A. (1993). La arquitetura como programa. Espacio-escuela y curriculum. *Historia de la educación*. V. XII-XIII. Madri.

FAORO, Raimundo (1979). *Os donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro*. Porto Alegre: Globo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2000). *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF.

_____. (2002). O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos de S. e GATTI JUNIOR, Décio. (org.). *Novos temas em História da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro (2000). João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org.). *Lições de Minas – 70 anos da Secretaria de Educação de MG*, (Lições de Minas 7). Belo Horizonte MG.

FURTADO, Celso (1954). *A Economia brasileira – Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.

GATTI JR, Décio e outros (1997). História e Memória Educacional: Gênese e Consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *Revista História da Educação*. Pelotas/RS: ASPHE/FAE/UFPel.

GHANTOUS, Daniella S. R. Araújo (2006). *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização escolar (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

GHIRALDELLI JR, Paulo (2000). *História da Educação*. São Paulo: Cortez.

GOMES, A. de CASTRO (2005). Memória, política e tradição familiar: os Pinheiros das Minas Gerais. In: GOMES, A. de CASTRO (org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (2005). O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU.

HOBBSAWM, E. J. (2004). *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: PAOLI, M. C. e QUIRINO, A. M. 4ª ed. Paz e Terra: SP e RJ.

JULIA, Dominique (2001). A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº. 1. Campinas, SP: Autores Associados.

LEÃO, Antônio Carneiro (1917). *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio.

LIBERALISMO. In: ABBAGNANO, Nicola (2003). *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 604.

LIBERALISMO. In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N. & PASQUINO, G. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 686-705.

LIMA, Geraldo. G. (2006). *O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio-MG (1912-1930): ensaios de uma organização do ensino público primário*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. (org.) (2005). *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL.

LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. T. Vale (1986). *Dominicanas: Cem anos de missão no Brasil*. Uberaba MG: Gráfica Vitória

LOURENÇO, L. A. Bustamante (2002). *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia; Uberlândia (MG): UFU.

MACHADO, Flávia; GATTI JR, Décio (2002). A Escola Estadual de Uberlândia: anotações de Pesquisa. *Cadernos de História da Educação/Universidade Federal de Uberlândia*. v. 1 nº. 1 (Jan./Dez), p. Uberlândia: UFU.

MAGALHÃES, Justino (1999). *Para a história do Ensino Liceal em Portugal: Atas e Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho.

_____. (1998). Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (org.). *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

MATOS, F. C. (2003). *Sociedade e educação em Uberaba: Colégio Marista Diocesano (1903-1953)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

MENDONÇA, José (1974). *História de Uberaba*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

MENDONÇA, José (1965). In: *Lavoura e Comércio*, 14/12/1965.

MOURA, G. F. M. (2002). *Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba, 1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

MOURÃO, Paulo K. C (1962). *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

MUSEU DO ZEBU (1987). *Catálogo da Exposição: Fazendas de criação do Triângulo Mineiro*. Uberaba: ABCZ/ Fundação Cultural de Uberaba.

NAGLE, Jorge (2001). *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

NÓBREGA, Paulo de (2003). Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto. *Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura.

NORONHA, Olinda Maria (2005). O público e o privado: teorias e configurações nas práticas educativas. In: LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. (org.) (2005). *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. (2005). As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Ecos – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, nº. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, S. J. (2003). *A criação e a consolidação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

PINHEIRO, João (1980). *Idéias políticas de João Pinheiro. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

PINTO, L. A. Costa (1964). *Sociologia e desenvolvimento – Temas e problemas do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PONTES, Hildebrando (1978). *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

POSITIVISMO. In: ABBAGNANO, Nicola (2003). *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 776.

RESENDE, Melina B. S. (2006). *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

REZENDE, Eliane Mendonça M. de (1991). *Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba (MG): Arquivo Público de Uberaba.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Faria da (2003). A instrução Pública Primária no interior das Geraes: O Grupo Escolar de Villa Platina como conquista da re(s)pública. *Cadernos de História da Educação*, nº. 2. Uberlândia, MG: EDUFU.

SAMPAIO, Antônio Borges (1971). *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba (MG): Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

SAVIANI, Demerval (2005). Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação* nº. 4. Uberlândia, MG: Jan./Dez., EDUFU.

SILVA, Heladir J. Saraiva e (1998). *Representações e Vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: Um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. Franca. UNIFRAN.

SILVA, Polyana A. R. da (2006). *Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do Jardim de Infância Susana Paula Dias (Uberlândia, 1967-1972)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

SILVA, W. A. da (2004). *A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

SIMONSEN, Roberto C. (1932). *À margem da profissão – Discursos, conferências, publicações*. São Paulo: Limitada.

SODRÉ, Nelson Werneck (1970). *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

SORRISO-REVISTA (1931). *Publicação mensal de cultura e vida social*. Anno1, nº.1. Abril, Uberaba MG.

SOUZA, Rosa Fátima de (1998). *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Edunesp.

TRIÂNGULO MINEIRO. Disponível em
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_Mineiro>. Acesso em 14/06/2007.

UBERABA - GUIA SEI (2007). *Lista telefônica impressa*. Uberaba MG: Sabe/Empresa Algar.

UFU. *Teses e dissertações*. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?>. Acesso em: 12/06/2007.

VEIGA, C. Greive (1997). Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*. Nº. 26, Belo Horizonte: dez/97.

VENÂCIO FILHO, Alberto (2005). A educação na Constituinte de 1890 – 1891 e na revisão constitucional de 1925 – 1926: Comentários. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados.

VIDAL, Diana G. (2006). Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. (2002). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. nº. 14, Belo Horizonte MG.

VIÑAO, Antonio (2005). Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus L. A. (org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

WIRTH, John D. (1982). *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

YAZBECK, Lola (2006). Um projeto modernizador: O Grupo Escolar numa cidade de vocação industrial. . In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

ANEXOS

Anexo A) - Lei Mineira n. 439 de 28/09/1906 (Lei da Reforma João Pinheiro)

LEI N. 439 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1906

Autoriza o governo a reformar o ensino primario, normal e superior do Estado e dá outras providencias

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo de Minas Geraes autorizado a reformar o ensino primario e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.

Art. 2.º A reforma será feita sobre as bases da presente lei.

Art. 3.º O ensino primario — gratuito e obrigatorio — será ministrado em :

— 21 —

I. Escolas isoladas.

II. Grupos escolares.

III. Escolas—modelo annexas ás escolas normaes.

Art. 4.º O Governo empregará os esforços possiveis para a diffusão do ensino em todos os nucleos de população.

Art. 5.º Serão adoptadas medidas adequadas e efficazes para que a instrução primaria se torne realmente obrigatoria, determinando-se a idade escolar e isenções.

Art. 6.º Ao Governo incumbirá :

I. Determinar a graduação das escolas, a duração do curso primario e a mais conveniente divisão do ensino ;

II. Organizar o programma escolar, adoptando um methodo simples, pratico e intuitivo;

III. Estabelecer :

1.º As condições de matricula,

2.º O dia escolar,

3.º Os feriados,

4.º O maximo de alumnos de cujo ensino se poderá occupar um professor,

5.º A frequência minima necessaria para conservação de uma escola,

6.º As penas disciplinares,

7.º A época e o processo dos exames.

Art. 7.º Aos grupos escolares e ás escolas-modelo dar-se-á a organização mais adaptada aos intuitos de sua instituição.

Paraphrased unico. Nos grupos escolares poderá ser creado o ensino technico primario.

Art. 8.º Os professores primarios poderão ser effectivos, adjunctos e substitutos.

Art. 9.º Os professores effectivos e adjunctos, que devem ser normalistas, serão nomeados pelo Presidente do Estado, e os substitutos, na forma determinada em regulamento.

Art. 10.º Nos lugares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o Governo supprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola supprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercicio.

Paraphrased unico. Si não aceitar a cadeira que lhe for designada, perderá o professor as vantagens da disponibilidade activa, medida que se estende ao professor em disponibilidade, que aceitar qualquer commissão do Governo estadual ou federal.

Art. 11.º Além dos casos já previstos em lei, tambem perderá a cadeira o professor cuja incapacidade moral ou physica, para o exercicio do cargo ficar verificada em processo regular, na forma prevista do regulamento.

— 22 —

Art. 12.º É vedado ao professor o exercicio de profissão de que resulte prejuizo para o ensino, sob pena de perda do emprego.

Art. 13.º Devem ser adoptadas disposições regulamentares tendentes a darem aos professores — estimulo na sua applicação ao estudo e incentivos para o cumprimento de seus deveres, já classificando-se as escolas do modo que se estabeleça o accesso na carreira do magisterio primario, já conferindo-se premios aos que apresentarem annualmente maior numero de alumnos que completem o curso e sejam approvados em todas as materias do programma escolar.

Art. 14.º Os alumnos pobres que mais se distinguirem no curso primario pela intelligencia, bom procedimento e assidua applicação, terão a protecção do Governo para serem admittidos gratuitamente, quer no Gymnasio Mineiro, quer nos gymnasios equiparados.

Paraphrased unico. O Governo poderá ainda promover a educação profissional, quer dentro, quer fóra do territorio nacional, de alumnos pobres que revelarem decidida aptidão para as artes mechanicas ou para as bellas artes.

Art. 15.º O ensino normal do Estado será ministrado em :

I. Escola normal-modelo na Capital.

II. Escolas normaes regionaes.

Art. 16.º A's escolas normaes, cujo fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alumnos adquiram as qualidades pedagogicas indispensaveis aos que se destinam ao magisterio publico.

Art. 17.º Logo que julgar opportuno, poderá o Governo :

I. Fundar a escola normal-modelo na Capital, podendo annexar-lhe um curso superior.

II. Restabelecer o ensino normal estadual de accordo com as necessidades da instrução publica.

Art. 18.º A direcção, administração e inspecção do ensino publico compete ao Presidente do Estado por meio do Secretario do Interior, devendo ser regulada a fiscalização administrativa e technica do modo que for mais conveniente para que seja real, constante e efficaz.

Art. 19.º A fiscalização do ensino por parte do Estado estender-se-á tambem aos estabelecimentos e escolas particulares e municipaes.

Art. 20.º Os estabelecimentos equiparados ás escolas normaes do Estado, mantidos por particulares ou por associações, entrarão annualmente para o thesouro do Estado, em prestações trimestraes ou semestraes, com a quota de 2:000\$, destinada ao custeio do servico de fiscalização dos mesmos, para o que o Governo expedirá as precisas instruções, nas quaes deverá ser consignada a exigencia de adopção dos mesmos programmas das escolas normaes do Estado, bem como a de serem providas as cadeiras vagas pela forma

Anexo A) - continuação

— 23 —

consignada em regulamento para as do Estado, e outras que forem julgadas convenientes a bem do ensino.

Paragrapho unico. A inobservancia das disposições regulamentares referentes aos estabelecimentos de ensino equiparados ás Escolas Normaes determinará a suspensão ou annullação das regalias e vantagens de que os mesmos gosem.

Art. 21. Da data da publicação desta lei em deante não poderá o Governo do Estado conceder a qualquer estabelecimento de ensino, mantido por particulares, por associações ou municipalidades, as regalias de equiparação ás Escolas Normaes do Estado.

Art. 22. Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação popular sob o triplice aspecto physico, intellectual e moral, o Governo empregará os meios possiveis para serem as escolas installadas em edificios apropriados e providas de livros didacticos, mobilia e todo o material de ensino pratico e intuitivo.

Paragrapho unico. O Governo escolherá o plano dos edificios escolares e o modelo da mobilia, e adoptará ou fará organizar livros que auxiliem o professorado na educação da infancia.

Art. 23. Para o fim determinado no artigo antecedente, será consignada uma verba especial no orçamento annual das despesas da Secretaria do Interior.

Art. 24. Os professores da Escola Normal-modelo, das Escolas Normaes reorganizadas, dos grupos escolares e de escolas isoladas, bem como os funcionarios que sejam creados para a execução desta lei, terão os vencimentos que o Governo lhes marcar em tabella provisoria, até que sejam fixados pelo Congresso Legislativo Mineiro.

Art. 25. O Governo do Estado poderá aproveitar os lentes e professores em disponibilidade, quer no serviço do magisterio, quer no de fiscalização do ensino, perdendo as vantagens da disponibilidade activa o professor que não aceitar a designação que for feita para qualquer desses serviços, uma vez que os vencimentos do cargo para que for aproveitado sejam eguaes ou superiores aos que percebia quando foi posto em disponibilidade.

Art. 26. Os funcionarios de qualquer categoria, a que se referem os arts. 1 e 2 da lei n. 428, de 30 de agosto de 1906, são os estadoaes.

Art. 27. Logo que for possivel, será organizado o fundo escolar instituido pela Constituição Politica do Estado de Minas Geraes.

Art. 28. Para a execução desta lei fica o Governo autorizado :

I. Transferir escolas de um municipio para outro, de accordo com as necessidades da instrucção publica.

— 24 —

II. Reformar o conselho superior de instrucção publica, de accordo com as necessidades desse ramo de serviço publico.

III. Expedir regulamentos parciaes, si julgar conveniente.

IV. Fazer as necessarias operações de credito, caso não sejam sufficientes as verbas consignadas no orçamento do Estado.

Art. 29. Fica tambem o Governo do Estado autorizado a reorganizar a Escola de Pharmacia, podendo crear novas cadeiras e distribuir as materias do curso do modo que julgar mais conveniente aos interesses do ensino, para o que poderá elevar a tres os dous annos do curso dessa Escola, respeitados os direitos dos lentes actuaes.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 28 de setembro de 1906, decimo setimo da Republica.

JOÃO PINHEIRO DA SILVA.

Manoel Thomas de Carvalho Britto.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 29 de setembro de 1906. — O director, Edmundo da Veiga.

Fonte: APM. Coleção das leis mineiras, 1906

ANEXO B) – Relatório de Inspeção Técnica (Ernesto C. Santiago), 20/10/1910

34ª Circunscrição Literária

Relatório 3º e 4º.

Senhor Sr. Secretário do Interior

Venho dar-vos conta da minha inspeção no Grupo Escolar de Abdon, inspeção feita durante toda a 2ª quinzena de agosto e continuada ininterruptamente durante toda a 1ª quinzena finda do corrente mez. Em ambos os termos da inspeção de um mesmo estabelecimento de ensino e em duas quinzenas, entendi não haver inconveniente com signar em um só relatório o que poderia ser objecto de dois relatórios.

O prédio do Grupo Escolar

Está situado no centro de um bello espaço ajardinado e no topo de uma colina. Dois defeitos impressionam logo a primeira vista; não tem altura correspondente ao seu tamanho e está erigido num dos extremos da cidade. A sua construção, feita sem fiscalisação e por empreiteiros do Estado, ficou mal acabada e pouco salida. Não ha 1º andar que está construido e já tem paredes fundidas, muitos goteiras e o cimento dos alvenares está gasta. Tem 10 salas inclusive o gabinete das professoras; 2º andar e 3º andar. A instalação sanitaria é regular como sala de arte, mas o abastecimento de agua é escasso e impotente; durante os mezes de agosto, setembro e outubro ha escassez em que falta absolutamente agua nos dias de chuva e em parte em todas as tardes e noites. Entretanto o emprego da agua cobra 25 cts mensais da agua fornecida ao Grupo. Todavia me- nos o director do Grupo paga mensalmente 45 cts por 2 quin- tas de agua fornecida por um particular dispendioso, fuma os lathos e lavagem das latrinas...

Os pontos de recurso são por demais escassos.

Para remediar o gravissimo e perigoso inconveniente da falta de agua, só vejo um meio practico: abrir-se um cisterna no ponto interior para levar por meio de bomba a agua da cisterna. Daria uma despesa indispensavel de 3500\$ e 4000\$ despesa que urge se autorizada pela Secretaria. Da mesma escassez de agua resultam-se quasi todas as con- sas da cidade.

Dividindo os pontos de recurso das escolas masculina e feminina, existe um muro baixo de meio tijolo; é de urgen- te necessidade que tal muro tenha mais um metro pelo me- no de altura, vindo terminos na parte media do alpendre por uma porta de comunicação entre as duas referidas es- colas. Por motivo da moralidade e disciplina do estabelecimento em ha tem caracter urgentissimo.

A sala tecnica de arte e officio, recentem- te creada no Grupo, está funcionando e próximamente installada em uma das salas do Grupo. Uma que seja installada em casa proxima em um pavilhão anexo, que deve ser erigido p- tal fin.

Montagem do Grupo Escolar.

É muito deficiente a sua montagem, quanto a mobili- zação escolar e aparelhos didacticos. Das aulas de 1º anno fun- cionam matutino, porque, sendo Grupo 9 classes inclusive uma classe desobediada, existem apenas 4 salas em ambos os sexos.

Não se sabe que o Governo fornece pelo menos mais 50 carteiros, bem como: mapas geographicos e de pesos e medidas, 2 typographos de mezo, livros didacticos, papel e utencilios escolares. A sala tecnica (sala annexa), onde agoras se tem feito oca- sionais de para para os alumnos e indubitavelmente a falta de movimento, a falta de ferramentas e de livros e jornais.

Descrição do Grupo Escolar

Examinei minuciosam- te todos os livros e documentos exis- tentes no archivo escolar. Em quasi todos estes livros inexis-

gibilidades para as quaes chamei a attenção do director. Os livros escolares estão em regular estado; mas, escasso como são, não têm sido distribuidos a todos os alumnos.

Organização do Grupo Escolar

Tem o Grupo 9 professores em o do aula tecnica, incluindo o director, 1 porteiro e 1 cantineira (mulher). Foi inaugurado em 9 de outubro de 1909. Foi seu organisador e director em communicaç, até o mez de agosto p- passado, o digno Inspector Technico Sr. Ernesto de Mello Brandão, que muito esmerou pela criação do Grupo. É seu actual director o competente normalista Sr. Francisco de Mello Franco.

Ordem e disciplina

Não eram boas as condições de ordem e disciplina, quando iniciou a sua fiscalização e essa irregularidade aggravada pela hostilidade, em manifestos, em lathos das congrega- ções religiosas (maristas e dominicanos) contra o Grupo, congregações aqui domiciliadas e aqui mantendo casas de internatos, muito embaraço para a irregularidade da frequencia dos alumnos e mecos para a retirada de dezo- nas de recreio do Grupo. Essa hostilidade, que adalgamente vai se neutralizando, fez com duvida um factor poderoso de perturbacão da boa marcha do Grupo em sua primeira fase.

Prestando minha (minha) assistência tecnica durante um mez ao instituto, auxiliando o director e durante o dia recreativo, auxiliando o digno director na implantacão da boa ordem e disciplina em todos os trabalhos escolares, creio ter conseguido dar a economia interna do Grupo a fôrça regularizadora, pondo em plena accção o regulamento interno dos grupos escolares.

Classes e docentes

Classes masculinas do 1º anno. Professores normalistas João Augusto de Souza. Durante 2 dias 19 e 20 de mez

